

ENTREVISTA

Gilson Dipp
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

ISSN 1806-8073

PERÍCIA FEDERAL

Distribuição Gratuita

Ano V – Número 19 – novembro e dezembro de 2004



**Associação Nacional
dos Peritos Criminais Federais**

7 anos do caso Banestado

Operação busca recuperar dólares
levados ilegalmente para fora do país



Linha de frente contra os crimes financeiros

A visita de representantes da APCF ao ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, rendeu bons frutos para os peritos, que têm, desde então, um canal direto com STJ, Conselho de Justiça Federal e Centro de Estudos Judiciários.

Antes de ser ministro, Dipp foi juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre. Por questões regimentais, com quatro anos de magistratura já tinha sido presidente da vara regional, exatamente quando se iniciou a grande interiorização das varas federais. Hoje é o principal nome do Judiciário na luta contra os crimes financeiros e de lavagem de dinheiro.

Sabe-se que a atuação de operadores ilegais de moeda estrangeira (doleiros) tem auxiliado a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro. Em que a legislação pode ser aprimorada de forma a coibir esses crimes?

Um dos facilitadores da lavagem de dinheiro no Brasil é o sistema cambial paralelo altamente desenvolvido e tolerado, facilitando a circulação de dólares em espécie e a troca por reais para um número indeterminado de pessoas, e gerando grande fluxo de caixa. Nosso sistema de câmbio paralelo deve ser regulamentado e ter maior fiscalização. Não sei se por lei. Acho que medidas, resoluções ou portarias regulando mais essa matéria, por parte do Banco Central, seriam suficientes.

Em comparação com as leis existentes no exterior percebe-se que a lei de lavagem de dinheiro brasileira é mais restritiva com relação aos crimes antecedentes. Qual a visão do Judiciário sobre isso?

Nos Estados Unidos, a grande preocupação com a lavagem de di-

nheiro está relacionada ao tráfico de entorpecentes. Após o 11 de setembro, o crime antecedente que mais preocupa os americanos passou a ser o terrorismo. No Brasil, a legislação tem de ser ampliada em relação a esses crimes, não bastando ter aquele rol taxativo. Precisamos ter a chamada legislação de terceiro grau, em que é considerado como crimes antecedentes para tipificação dos crimes de lavagem de dinheiro todo crime grave que movimente grande monta ou, em função dele, se tenha obtenção de vantagens ilícitas.

Nos trabalhos periciais realizados sobre o esquema CC5 do Banestado, de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro, observou-se que muitas operações tratavam de (sub) superfaturamento de importação e de exportação. Por que não considerar a sonegação fiscal como crime antecedente na lei de lavagem de dinheiro?

Sou totalmente favorável que sonegação fiscal e crimes contra o mercado de capitais estejam entre os crimes antecedentes. Hoje, o governo traba-



Jorge Campos

lha com um projeto de modificação da lei de lavagem de dinheiro que vai por esse caminho. Nem precisa dar nome à sonegação. Bastaria classificá-la como crime grave que gere ilícito de alto valor. O Brasil não colocou a sonegação fiscal por opção do legislador à época da edição da Lei 9613/98, ao fundamento de que a sonegação para fins de lavagem de dinheiro não acarretaria acréscimo de patrimônio.

No âmbito do Judiciário, quais ações têm sido tomadas para estreitar os laços de cooperação internacional entre o Brasil e outros países no combate à lavagem de dinheiro? O Judiciário desses países tem sido ágil e flexível nas autorizações de quebra de sigilo bancário?

Hoje existem varas especializadas no processamento e julgamento dos

crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. São 15 varas, distribuídas em 14 capitais, trabalhando com muito mais assiduidade e se utilizando de acordos de cooperação internacional. Elas consultam seguidamente a divisão de recuperação de ativos de cooperação internacional do Ministério da Justiça para saber quais os países com quem o Brasil tem acordo. Os pedidos têm sido atendidos. Um exemplo foi o decorrente da operação Farol da Colina. As cartas rogatórias, instrumento mais utilizado, já estão defasadas. Nem sempre os pedidos de cooperação são tão ágeis. Quando se trata de tráfico internacional de entorpecentes e financiamento ao terrorismo, os acordos têm sido atendidos de forma ágil e com presteza. Mas quando é para verificação de lavagem de dinheiro – principalmente para crime de corrupção, crimes contra a administração pública ou superfaturamento de obras – essa boa vontade já não é tão ampla.

Os atentados do 11 de setembro e o combate aos narcotraficantes contribuíram para um melhor relacionamento entre esses judiciários nas outras áreas, além das relativas a terrorismo e tráfico de drogas?

Acho que sim, porque se criou uma mentalidade de que crime organizado, corrupção e financiamento ao terrorismo estão interligados. E aí se fala em cooperação penal ampla. Os países ainda estão presos ao peso do Estado, que não se move com a agilidade das organizações criminosas. E os Estados estão presos ao princípio da territorialidade das leis.

Existem aspectos que possam ser melhorados em nossa legislação no que tange à quebra de sigilo bancário e fiscal? Qual a visão da Justiça Federal sobre o acesso e

O governo precisa dar maior amparo aos departamentos de perícia (...) criando núcleos de perícia técnica em cada uma das capitais onde exista uma vara federal criminal especializada

compartilhamento de informações entre órgãos de controle e de fiscalização como o Coaf, o Banco Central e a Receita Federal, bem como a Polícia Federal e o MPF nas investigações de crimes financeiros e de lavagem de dinheiro?

Claro que sempre se pôde aprimorar a legislação, principalmente quando se trata de quebra dos sigilos bancário e fiscal. A Constituição, ao mesmo tempo em que assegura a proteção aos direitos e liberdades individuais, protege nos princípios fundamentais os interesses público e social. A tarefa do juiz brasileiro é manter o equilíbrio entre esses dois interesses em jogo. A preocupação da Justiça Federal em relação à quebra do sigilo fiscal e bancário também é esse: sabemos que é necessário um amplo compartilhamento de informações, e as varas federais especializadas são um grande centro de cooperação institucional entre Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, Susep, Comissão de Valores Mobiliários etc. Avançamos muito no Brasil porque tínhamos, em cada órgão desses, os conhecimentos departamentalizados e sentíamos a necessidade de compartilhá-los. Só que essa troca de informações deve estar sempre verificando se esse compartilhamento é necessário ao interesse e à ordem pública e se ele pode estar exagerado, ferindo as liberdades e garantias individuais previstas na Constituição.

Os trabalhos da perícia federal na investigação e na produção de provas deste grande esquema CC5 do Banestado propiciaram a punição de envolvidos e o retorno para os cofres públicos de milhões de reais, por meio de lançamentos de créditos tributários. Qual sua opinião sobre a participação da perícia na investigação e na materialização dos crimes de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro?

É essencial. A perícia técnica sempre foi a prova mais confiável de qualquer tipo de delito. Mas hoje esses crimes são praticados com alta complexidade. E a prova não é mais uma prova comum. Para os crimes serem combatidos, investigados, perseguidos, processados e julgados são necessários conhecimentos de mercado de capitais, mercado financeiro, contabilidade e informática. Elucidá-los não depende apenas dos meios tradicionais da prova. A perícia técnica deve ser feita na fase do inquérito, com conclusões e laudos técnicos elaborados de forma clara e esquemática, transmitindo de maneira objetiva todos os fatos apurados, permitindo que tanto a defesa quanto a acusação possam valer-se da prova técnica. Seja pedindo perícias complementares; seja questionando em relação ao aperfeiçoamento das perícias. O governo precisa dar maior amparo aos departamentos de perícia, com maiores investimentos, aquisição de equipamentos técnicos adequados, aumentando o número de peritos e, principalmente, criando núcleos de perícia técnica em cada uma das capitais onde exista uma vara federal criminal especializada no processamento e julgamento dos crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro. ■